

RELATÓRIO DE GESTÃO CNPGC

2022 - 2023

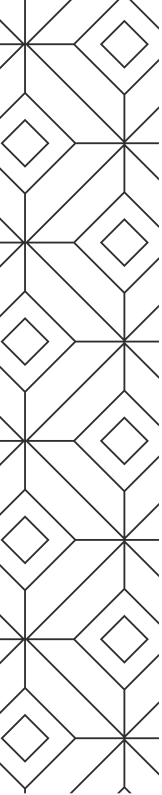


MARÇO DE 2023



CNPGC

Conselho Nacional de
Procuradores-Gerais
de Contas

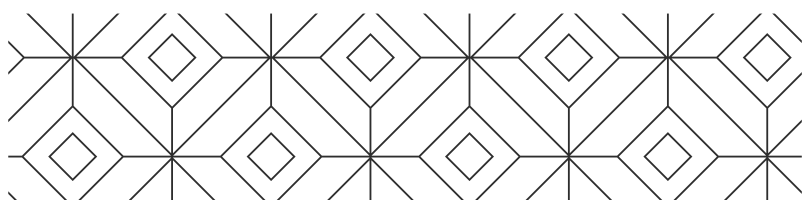


A representatividade de
todos os MPCs do Brasil



CNPGC

Conselho Nacional de
Procuradores-Gerais
de Contas



SUMÁRIO



Palavra do Presidente	04
Diretoria	05
Conselho Fiscal	06
Apresentação	07
O CNPGC em Números	09
Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica	12
Ações e Resultados	18
Cursos e Eventos	35
Integração e Inteligência	48
Comunicação	52
Mensagem de Encerramento	57

PALAVRA DO PRESIDENTE

Ao longo do último ano, o CNPGC trabalhou com o objetivo de promover a aproximação entre os órgãos ministeriais, na busca da organicidade possível, reforçando perante a sociedade o caráter indispensável do Ministério Público de Contas para o controle da boa gestão dos recursos públicos.

Com o suporte na comunicação e na incorporação do uso de tecnologias da informação, o CNPGC ampliou o alcance das redes sociais, avançou significativamente na área de Tecnologia da Informação, fortaleceu as parcerias institucionais e reforçou sua atuação em rede entre órgãos públicos e a sociedade civil.

Agradeço a todos os membros e servidores que contribuíram para as atividades do Conselho no período e reforço nosso apoio à nova Diretoria que assume o CNPGC para o período 2023-2024.

Thiago Pinheiro Lima

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de São Paulo

DIRETORIA



THIAGO PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de São Paulo



PRESIDENTE

PATRICK BEZERRA MESQUITA

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas do Estado da Pará



VICE-PRESIDENTE

Diretor para a Região Norte

JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas do Estado de Sergipe



VICE-PRESIDENTE

Diretor para a Região Nordeste

HENRIQUE PANDIM BARBOSA MACHADO

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas dos Municípios do Estado de Goiás



VICE-PRESIDENTE

Diretor para a Região Centro-Oeste

MARCÍLIO BARENCO

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas do Estado de Minas Gerais



VICE-PRESIDENTE

Diretor para a Região Sudeste

DIOGO RINGENBERG

Procurador-Geral do Ministério Público de
Contas do Estado de Santa Catarina



VICE-PRESIDENTE

Diretor para a Região Sul

ANTONIO TARCISO S. DE CARVALHO

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado da Bahia



TESOUREIRO

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de Rondônia



SECRETÁRIO-EXECUTIVO

CONSELHO FISCAL



ALISSON CARVALHO DE ALENCAR

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado de Mato Grosso



TITULAR

**ANNA HELENA DE AZEVEDO
LIMA SIMÃO**

Procuradora-Geral do Ministério
Público de Contas do Estado do Acre



TITULAR

BRADSON TIBÉRIO LUNA CAMELO

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado da Paraíba



TITULAR

JAIRO CAVALCANTI VIEIRA

Procurador-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado do Maranhão



SUPLENTE

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral do Ministério Público
de Contas do Estado do Amazonas



SUPLENTE

VALÉRIA BORBA

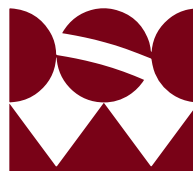
Procuradora-Geral do Ministério
Público de Contas do Estado do Paraná



SUPLENTE

APRESENTAÇÃO





O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) surgiu em 2004 com o objetivo de aprimorar os trabalhos do Ministério Público de Contas brasileiro e apoiar os Procuradores-Gerais de Contas no exercício de suas atribuições.

Em março de 2022 a atual gestão assumiu a tarefa de dar continuidade ao trabalho conduzido pelos colegas nos anos pregressos. Durante o período de um ano, foram defendidos os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público de Contas, bem como a integração, aperfeiçoamento e intercâmbio de ideias entre membros e servidores dos MPCs, tal como previsto no Estatuto do CNPGC.

De modo a prestar contas das principais atividades desenvolvidas no período, este relatório faz uma síntese de parcerias firmadas com órgãos públicos e sociedade civil; cursos e eventos; ações de comunicação; notas públicas emitidas; dentre outras iniciativas.

Cerimônia de posse da gestão CNPGC 2022-2023 durante a I Conferência Democracia e Institucionalidade, realizada nas dependências do TCE-SP



O CNPGC EM NÚMEROS

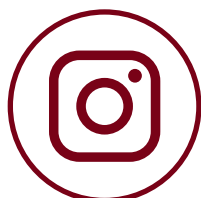




COMUNICAÇÃO



1,4 mil curtidas
1,5 mil seguidores



258 publicações
970 seguidores



24 episódios



159 Tweets
77 seguidores



AÇÕES



6 cursos e eventos



5 parcerias firmadas



5 notas públicas



1 canal de comunicação criado (Canal POD+ MPC)



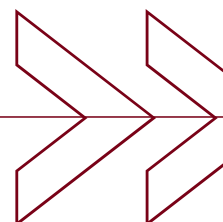
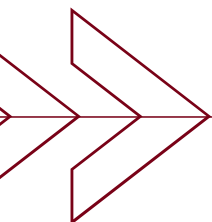
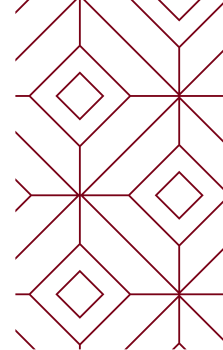
1 sistema de TI (SINAMPCON) criado



1 painel de dados publicado (Primeira infância)

PARCERIAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA





De modo a atuar de forma integrada com os órgãos públicos e a sociedade civil, o CNPGC firmou cinco novas parcerias e Acordos de Cooperação Técnica entre março de 2022 e março de 2023.

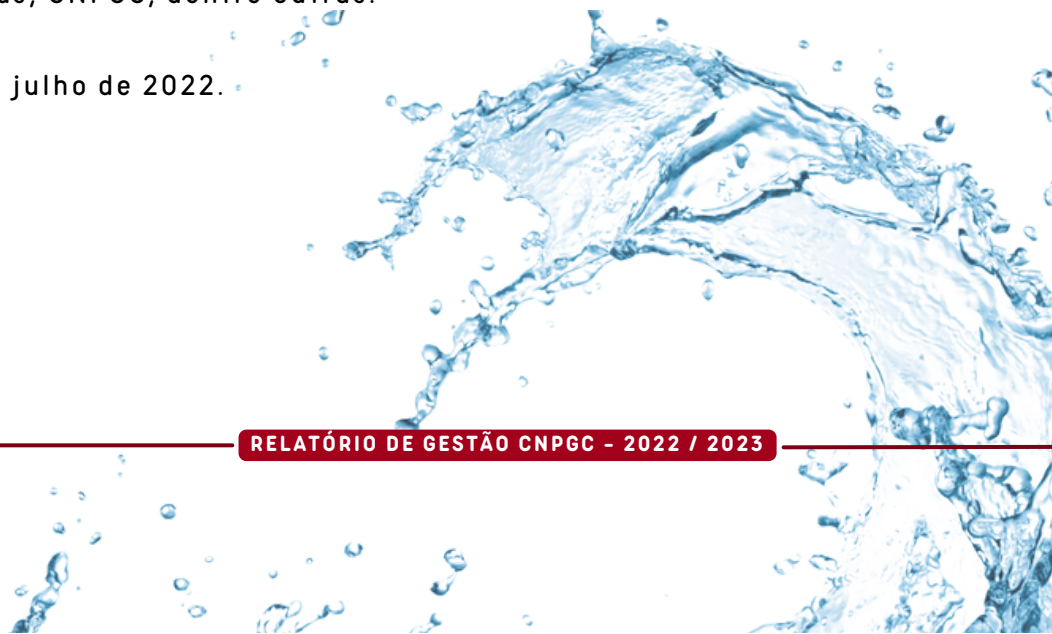
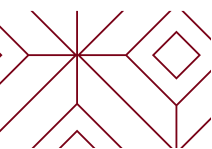
Abaixo é possível conferir o objeto de cada uma dessas cooperações, instituições envolvidas e data de formalização do acordo/parceria.

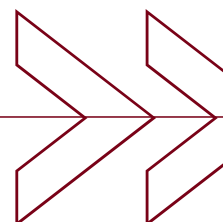
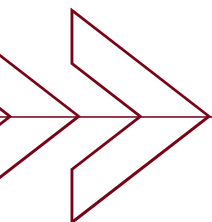
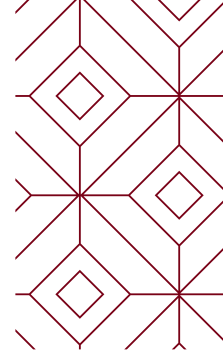
ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FORMALIZADO ENTRE ATRICON, IRB, MP-AL E IMA-AL

Objeto: cooperação técnica e operacional entre as partes por meio do compartilhamento de tecnologias e informações, com vistas ao desenvolvimento do "Projeto Sede de Aprender", originalmente criado pelo MP-AL (Expediente 20.08.1363.0000005/2021-68), em âmbito nacional, o qual será denominado "Projeto Sede de Aprender Nacional".

Instituições envolvidas: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Instituto Rui Barbosa, Ministério Público de Alagoas, Instituto do Meio de Ambiente de Alagoas, CNPGC, dentre outras.

Data de adesão: 14 de julho de 2022.



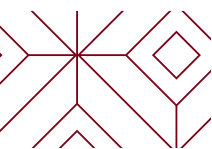


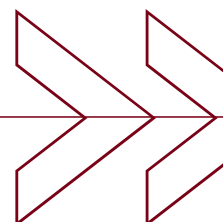
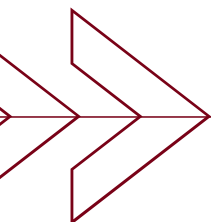
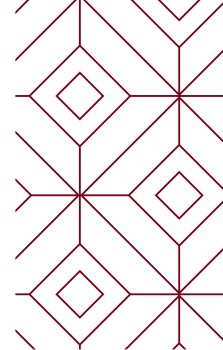
ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OS ATORES DA REDE DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA

Objeto: cooperação técnica e operacional com vistas ao aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos e demais atores da rede de proteção à primeira infância que têm o dever de aplicar a legislação voltada à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.

Instituições envolvidas: CNJ, CNPGC e atores da Rede de Atenção à Primeira Infância.

Data de adesão: 20 de julho de 2022.



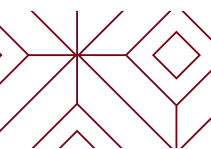


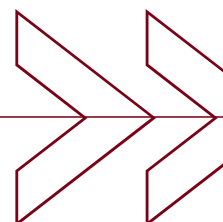
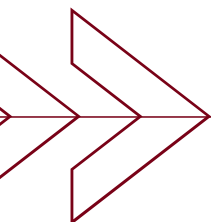
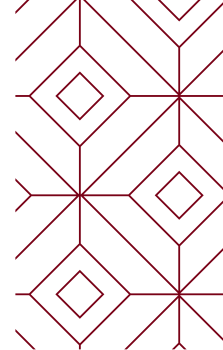
ADESÃO AO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Objeto: enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação e pelas narrativas odiosas à imagem e à credibilidade da Instituição, de seus membros e do Poder Judiciário, a partir de estratégias proporcionais e democráticas, a fim de manter a proteção da Corte acerca das liberdades de comunicação.

Instituições envolvidas: STF, CNPGC, dentre outras.

Data de adesão: 05 de agosto de 2022.



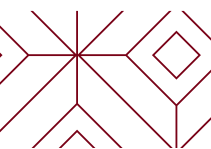


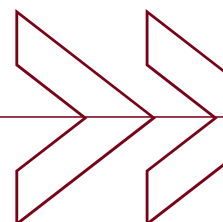
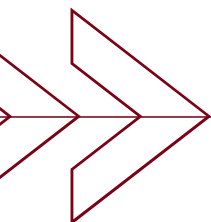
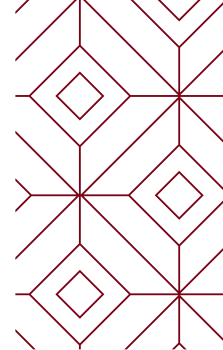
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA VISANDO O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E TECNOLOGIAS SOBRE O USO DA TERRA NO BRASIL PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Objeto: estabelecimento de parceria para a colaboração e o intercâmbio de dados e informações sobre a cobertura vegetal e o uso da terra no Brasil, o compartilhamento de conhecimento e experiências, ferramentas e metodologias de interesse estratégico para promover a proteção, conservação, recuperação e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros, no âmbito do Projeto MapBiomas.

Instituições envolvidas: Transparência Internacional - Brasil, Instituto de Apoio ao MapBiomas e CNPQC.

Data de celebração: fevereiro de 2023 (assinatura eletrônica) e março de 2023 (ato presencial de formalização do acordo).



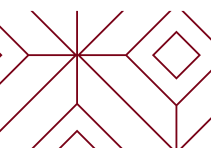


PORTARIA CONJUNTA CNPGC-CNPTC- ATRICON-ABRACOM Nº 01/2023

Objeto: constituição de Grupo de Trabalho (GT) que deverá propor medidas e estratégias comuns, e compartilhar práticas para a promoção da acessibilidade e inclusão nas próprias instituições e nos municípios brasileiros.

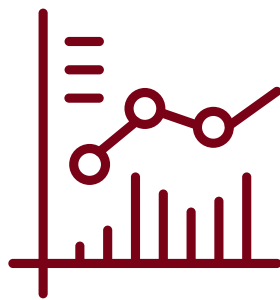
Instituições envolvidas: Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e CNPGC.

Data da Portaria: 13 de fevereiro de 2023.



AÇÕES E RESULTADOS



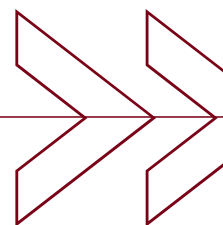
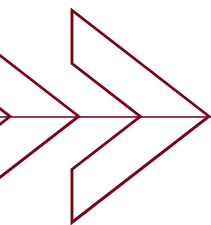
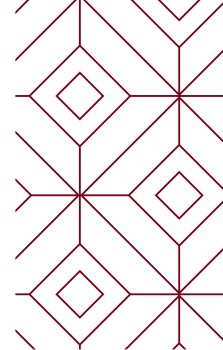
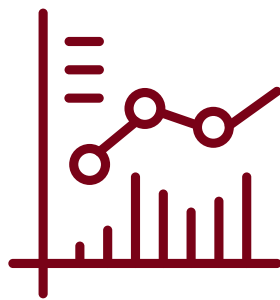


PROJETO SEDE DE APRENDER: ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS

Em 18 de maio de 2022, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Ministério Público do Estado de Alagoas (MP-AL) assinaram acordo para que o “Projeto Sede de Aprender: água potável nas escolas” fosse executado em todo o Brasil. Iniciado no âmbito do Estado de Alagoas, **o Sede de Aprender busca solucionar a falta de água e garantir o seu fornecimento em condições adequadas de potabilidade para o consumo humano em todas as escolas.**

O tema é da maior relevância. Com efeito, a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica 2021 (INEP/MEC), a [Atricon levantou a situação](#) de abastecimento de água e fornecimento de água potável em 138 mil unidades de ensino que atendem a 38 milhões de alunos. Conforme apurado, 8,1 mil escolas não possuíam acesso à água potável (5,8% do total). Ademais, 3,5 mil estabelecimentos não contavam com qualquer tipo de abastecimento de água (2,5% das escolas).

A falta de água nas escolas, além de prejudicar a prevenção contra a covid-19 e outras doenças infecciosas, está associada a maiores taxas de abandono e atraso escolar. Para reverter este preocupante cenário, diversas Associações e Conselhos uniram-se ao esforço iniciado em Alagoas, como é o caso do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), que em 14 de julho de 2022 [aderiu ao Acordo de Cooperação](#) celebrado entre Atricon, IRB, MP-AL e IMA-AL.



PROJETO SEDE DE APRENDER: ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS

Até o momento, quinze Ministérios Públicos de Contas aderiram ao Projeto e indicaram pontos focais para operacionalização das atividades. Desde então, foram realizadas cinco reuniões nacionais do Projeto com representantes de diversos órgãos públicos.

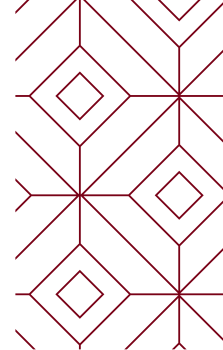
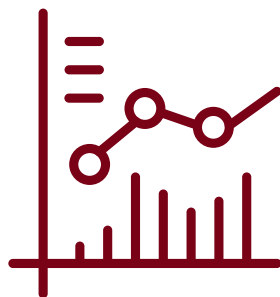
Nos encontros, foi possível acompanhar o andamento dos trabalhos em cada Estado, as parcerias realizadas, e os programas de apoio financeiro disponibilizados (como o “PDDE Água na Escola”).

Em pouco mais de um semestre, algumas ações já foram realizadas. A seguir são apresentadas algumas destas atuações.

Em Santa Catarina, o MPC-SC interpôs a representação MPC/GPCF/03/2022 junto ao TCE-SC sobre indícios de irregularidades das condições estruturais e da disponibilização de água potável nas escolas.

Na petição, foi solicitado que a área técnica daquele Tribunal adotasse as diligências pertinentes; realizasse auditoria in loco; emitisse determinações e recomendações; e aplicasse sanções no caso de descumprimento, nos termos da Lei Complementar n. 202/2000.





PROJETO SEDE DE APRENDER: ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS



INSTITUCIONAL ▾

TRANSPARÊNCIA ▾

OUVIDORIA ▾

PUBLICAÇÕES ▾

COMUNICAÇÃO ▾

MPC/SC interpõe representação junto ao TCE/SC sobre possíveis irregularidades das condições estruturais e da disponibilização de água potável em escolas

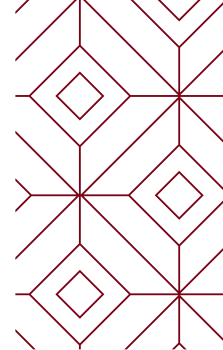
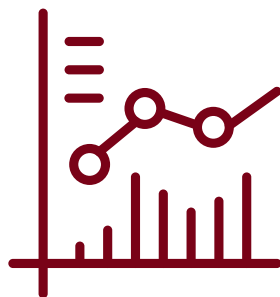
Mediante a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Ministério Público de Alagoas (IVIP—AL) e o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IIVIA/AL), foi instituído o Projeto “Sede de Aprender Nacional”, [...]



Divulgação realizada no site do MPC-SC de representação interposta junto ao TCE/SC sobre possíveis irregularidades das condições estruturais e da disponibilização de água potável em escolas.

Em São Paulo, o MPC-SP realizou proposta de trabalho conjunta com o TCE-SP e o MP-SP. Em novembro de 2022, o TCE-SP fez [levantamento](#) para apurar o fornecimento de água, sua potabilidade e as condições sanitárias existentes nas unidades de ensino paulistas. O resultado foi divulgado por meio do Comunicado GP nº 81/2022, que alertou os gestores quanto à necessidade de promover a devida adequação ao Novo Marco Legal do Saneamento. Os achados desta e de outras auditorias realizadas ao longo de 2023 serão oportunamente encaminhados aos Conselheiros relatores das contas municipais e ao MP-SP para a adoção das medidas cabíveis.





PROJETO SEDE DE APRENDER: ÁGUA POTÁVEL NAS ESCOLAS

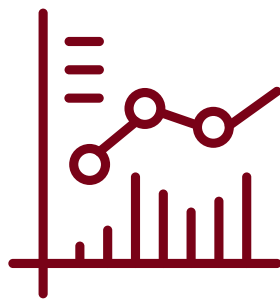


Visita institucional do Presidente do CNPGC, Dr. Thiago Pinheiro Lima, ao Procurador-Geral da Justiça de São Paulo, Dr. Mario Luiz Sarrubbo. No encontro, o MP-SP aceitou integrar o "Projeto Sede de Aprender Nacional", especialmente no âmbito do Estado de São Paulo.

Conforme dados dos Censos Escolares de 2021 e 2022, no período de um ano o número de escolas sem abastecimento de água passou de 3.590 para 3.211 (queda de 11%), enquanto o número de unidades de ensino que não forneciam água potável para consumo humano foi reduzida de 8.100 para 7.149 (redução de 12%).

As atividades do projeto nacional continuam em pleno andamento. Os Ministérios Públicos de Contas que ainda não aderiram ao projeto podem indicar seus pontos focais por meio deste [link](#).





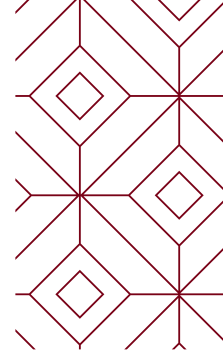
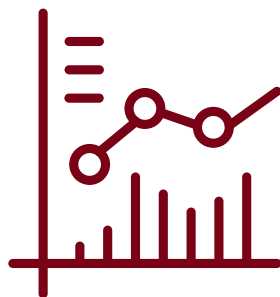
O CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO FLORESTAL: COOPERAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL E O INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS

Em 24 de maio de 2022, o Dr. Thiago Pinheiro Lima recebeu visita do Dr. Dário Cardoso, consultor do Programa de Integridade Socioambiental e membro da equipe executiva da Transparência Internacional - Brasil (TIBR).

O encontro ocorreu nas dependências da Escola Paulista de Contas Públicas do TCE-SP e contou ainda com a participação da Procuradora de Contas do MPC-PA, Dra. Silaine Vendramin, e sua assessora, Karen Lima.



Da esquerda para a direita:
Dra. Karen Lima,
Dra. Silaine Vendramin,
Dr. Thiago Pinheiro Lima e
Dr. Dário Cardoso.



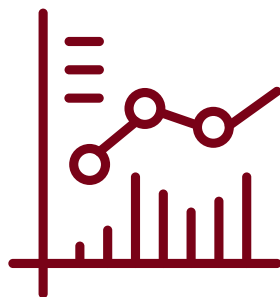
O CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO FLORESTAL: COOPERAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL E O INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS



A TIBR é uma organização não-governamental com atuação em mais de 100 países e sediada em Berlim. Nos últimos anos, o grupo tem atuado no combate à corrupção e no estímulo da transparência e integridade em todos os setores da sociedade, de forma coletiva, regional e global.

Neste primeiro contato, foi discutida a importância de uma rede de órgãos de controle com atuação nas agendas de meio ambiente, visando a disseminação de diretrizes de gestão florestal e promoção do uso de tecnologias para o controle externo ambiental.



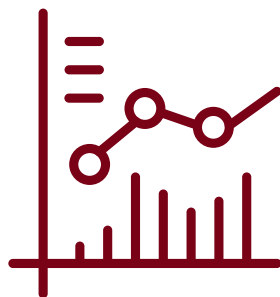


O CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO FLORESTAL: COOPERAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL E O INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS

Em 29 de agosto de 2022 houve nova reunião entre a TIBR e o CNPGC em Belém do Pará, durante o I Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias do Ministério Público de Contas.

Na ocasião, discutiu-se a importância de incluir a temática ambiental no planejamento estratégico dos MPCs; foram apresentadas experiências exitosas do Controle Externo na área ambiental; e discutidos possíveis eixos de atuação da área de Controle sobre a gestão florestal. Decidiu-se, então, pela formalização de ajuste específico entre a TIBR, o CNPGC e o Instituto de Apoio ao MapBiomass.



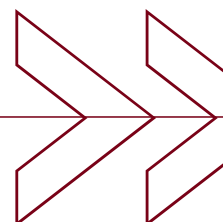
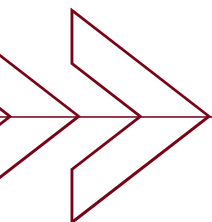
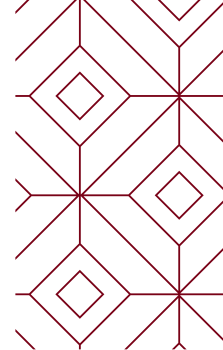
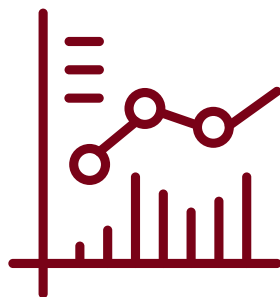


O CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO FLORESTAL: COOPERAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL E O INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS

O MapBiomias é uma **rede colaborativa e multi-institucional**, que anualmente realiza mapeamento da cobertura e uso do solo, além do monitoramento mensal da superfície de água e das cicatrizes de fogo. Os dados da plataforma (que contemplam o período de 1985 a 2021) são todos públicos, abertos e gratuitos.



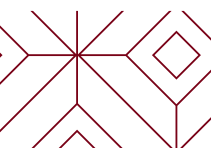
Imagem extraída da plataforma MapBiomias

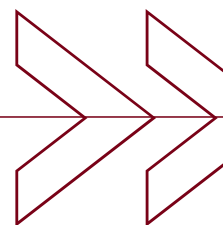
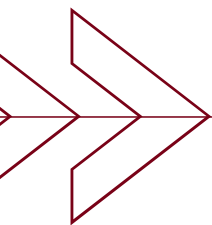
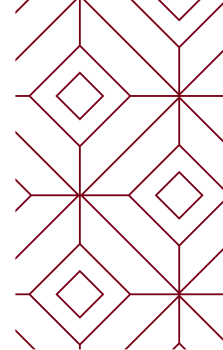
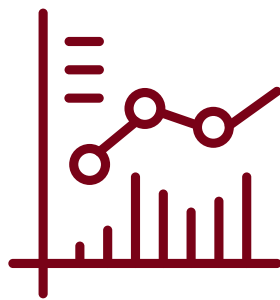


O CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO FLORESTAL: COOPERAÇÃO COM A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL E O INSTITUTO DE APOIO AO MAPBIOMAS

Em 1º de fevereiro de 2023 houve a **primeira reunião tripartite entre as instituições**, na qual os representantes do Instituto de Apoio ao MapBiomias apresentaram funcionalidades da plataforma.

No mesmo mês, após os trâmites jurídicos necessários, houve a **assinatura eletrônica do Acordo de Cooperação Técnica**, que prevê o compartilhamento de experiências entre as instituições; a capacitação de servidores para uso da plataforma; a construção de protocolos de trabalho que orientem os Ministérios Públicos de Contas brasileiros a utilizar os dados do MapBiomias; a divulgação do trabalho realizado para a sociedade por meio de mídias sociais, entrevistas e produção de relatórios; além de outras iniciativas, durante o período de um ano.





O CNPGC COMO PARCEIRO DO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO STF

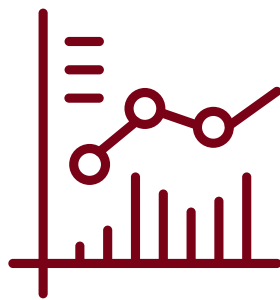
Em agosto de 2022, o presidente do CNPGC, Dr. Thiago Pinheiro Lima, assinou Termo de **Adesão ao Programa de Combate à Desinformação no âmbito do STF**.

O Programa foi instituído pela [Resolução STF nº 742/2021](#) e busca, por meio de estratégias democráticas, enfrentar a desinformação e as narrativas odiosas à imagem da Instituição, de seus membros e do Poder Judiciário.

Ao se tornar um dos parceiros da iniciativa, o CNPGC se comprometeu a desenvolver ações para difundir o programa, colaborar na defesa da imagem da instituição e elaborar material instrutivo de combate à desinformação.

De modo a subsidiar o conteúdo de produção textual a ser elaborada em conjunto com o STF, foi realizado questionário nacional encaminhado a servidores dos Ministérios Públicos de Contas brasileiros. Com 14 perguntas relacionadas à temática, o formulário foi preenchido por 197 servidores e membros dos MPCs.



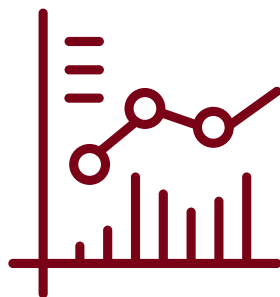


O CNPGC COMO PARCEIRO DO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO STF



Conforme apurado, 59,4% dos entrevistados informaram entender que o principal meio de propagação de fake news são os aplicativos de troca de mensagens, ao passo que 35,5% citaram as emissoras de rádio e televisão como os meios de comunicação mais confiáveis.

Ao serem indagados sobre como reagem ao receberem uma notícia sabidamente inverídica, 49,2% dos servidores afirmaram que alertam o interlocutor sobre a falsidade da informação no mesmo instante. Além disso, 52,8% indicaram conhecer e fazer uso de aplicativos de checagem de fatos, enquanto 10,7% responderam nunca ter ouvido a respeito destas ferramentas.



O CNPGC COMO PARCEIRO DO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO STF



Conselho Nacional de
Procuradores-Gerais
de Contas



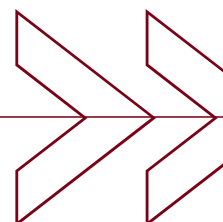
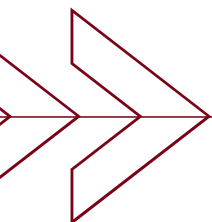
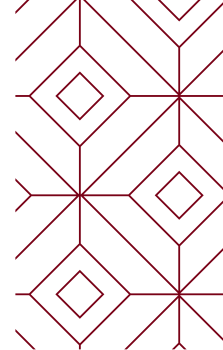
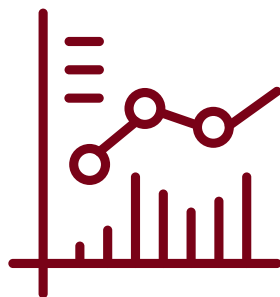
CNPGC é parceiro do STF no Combate à Desinformação

No início do mês de agosto de 2022, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC, representado por seu atual presidente, Dr. Thiago Pinheiro Lima, assinou Termo de Adesão ao “PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO SUPREMO Leia mais...



[Notícia veiculada no site do CNPGC sobre o Programa de Combate à Desinformação. Na matéria, foram apresentados os resultados de pesquisa nacional realizada junto a servidores sobre a temática.](#)

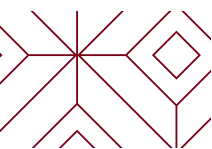
A partir dos dados da pesquisa, foram definidos os tópicos de **cartilha a ser publicada para a sociedade em geral e, em particular, para os servidores dos MPCs**, como ferramentas para verificação de fake news; mecanismos para denunciar informações falsas; os principais tipos de desinformação disseminadas e a responsabilização de quem as cria e dissemina; dentre outros.

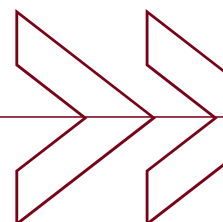
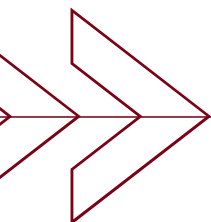
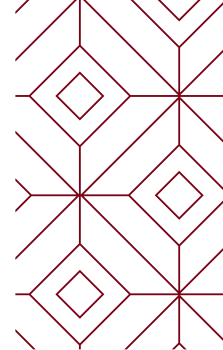
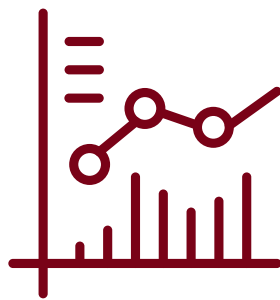


O CNPGC COMO PARCEIRO DO PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO STF

Paralelamente, foram envidados esforços em defesa da imagem da Suprema Corte e das prerrogativas de seus Membros. Em 28/10/2022, por exemplo, o Conselho emitiu [Nota Pública](#) em defesa do regime democrático brasileiro e da independência e harmonia entre os Poderes. No documento, rechaçou-se "qualquer iniciativa tendente a cercear o livre e regular exercício das funções estatais atribuídas aos Poderes constituídos, notadamente diante de recentes ameaças de alteração na estrutura do Supremo Tribunal Federal."

Manifestações de apoio à instituição foram reforçadas especialmente diante dos injustificados ataques ocorridos em Brasília em 08 de janeiro de 2023, que culminou na invasão a prédios dos Três Poderes. Além de emitir [Nota de Repúdio](#) em face do vandalismo praticado contra o patrimônio público, o CNPGC colaborou, por meio de seu site eletrônico, na divulgação da Campanha "[Democracia Inabalada](#)", promovida entre 17 de janeiro e 1º de fevereiro pelo STF.



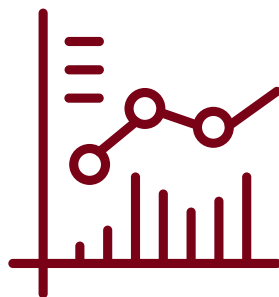


O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A META 1 DO PNE

Conforme levantamento realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), 1.494 Prefeituras destinaram recursos aos níveis médio ou superior entre 2019 e 2020, apesar de não terem contribuído para o alcance da meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Os achados contrariam o art. 11, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual estipula que "os municípios incumbir-se-ão de [...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino".





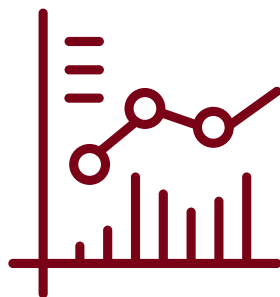
O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A META 1 DO PNE

As situações de desatendimento à legislação foram apuradas a partir do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como da ferramenta TC Educa (software que permite o acompanhamento das metas do PNE por ente federativo).

Conforme verificado, 27% dos municípios brasileiros (localizados em 25 Unidades da Federação) estavam em risco de descumprimento (parcial ou integral) da meta 1 do PNE nos anos de 2019 ou 2020 e, mesmo assim, aplicaram recursos em níveis de ensino não prioritários.

A quantidade de Municípios, por Estado, que deixou de dar prioridade absoluta ao acesso a creche e pré-escola, no período mencionado, pode ser conferida na tabela a seguir:

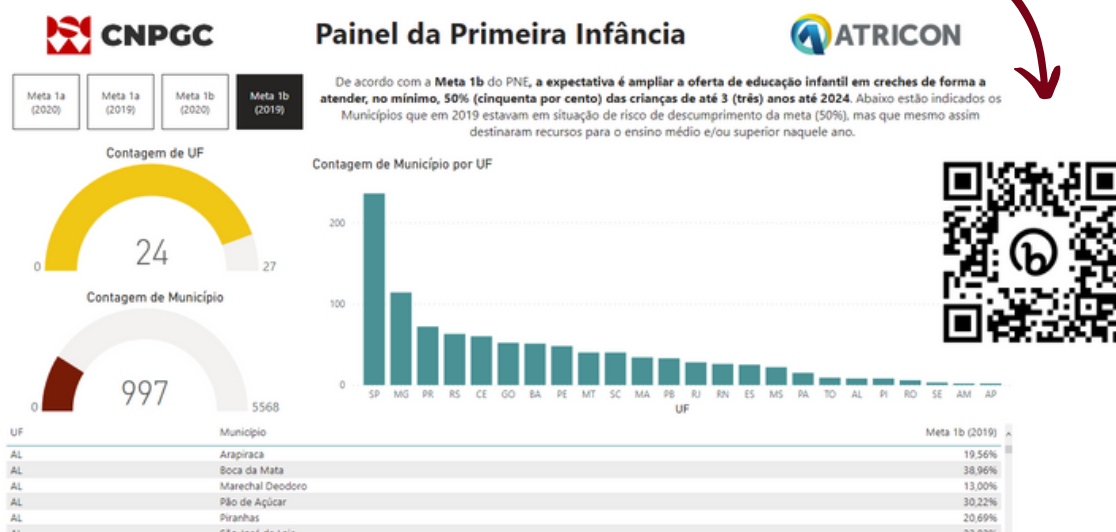
Quantidade de Municípios, por Unidade da Federação, que descumpriram a meta 1 do PNE e realizaram gastos com ensino médio ou superior no período 2019 a 2020.									
UF	Municípios	UF	Municípios	UF	Municípios	UF	Municípios	UF	Municípios
AC	1	CE	81	MS	31	PI	16	RS	102
AL	9	ES	30	MT	48	PR	109	SC	69
AM	3	GO	78	PA	19	RJ	33	SE	4
AP	2	MA	42	PB	42	RN	36	SP	395
BA	71	MG	180	PE	65	RO	8	TO	20



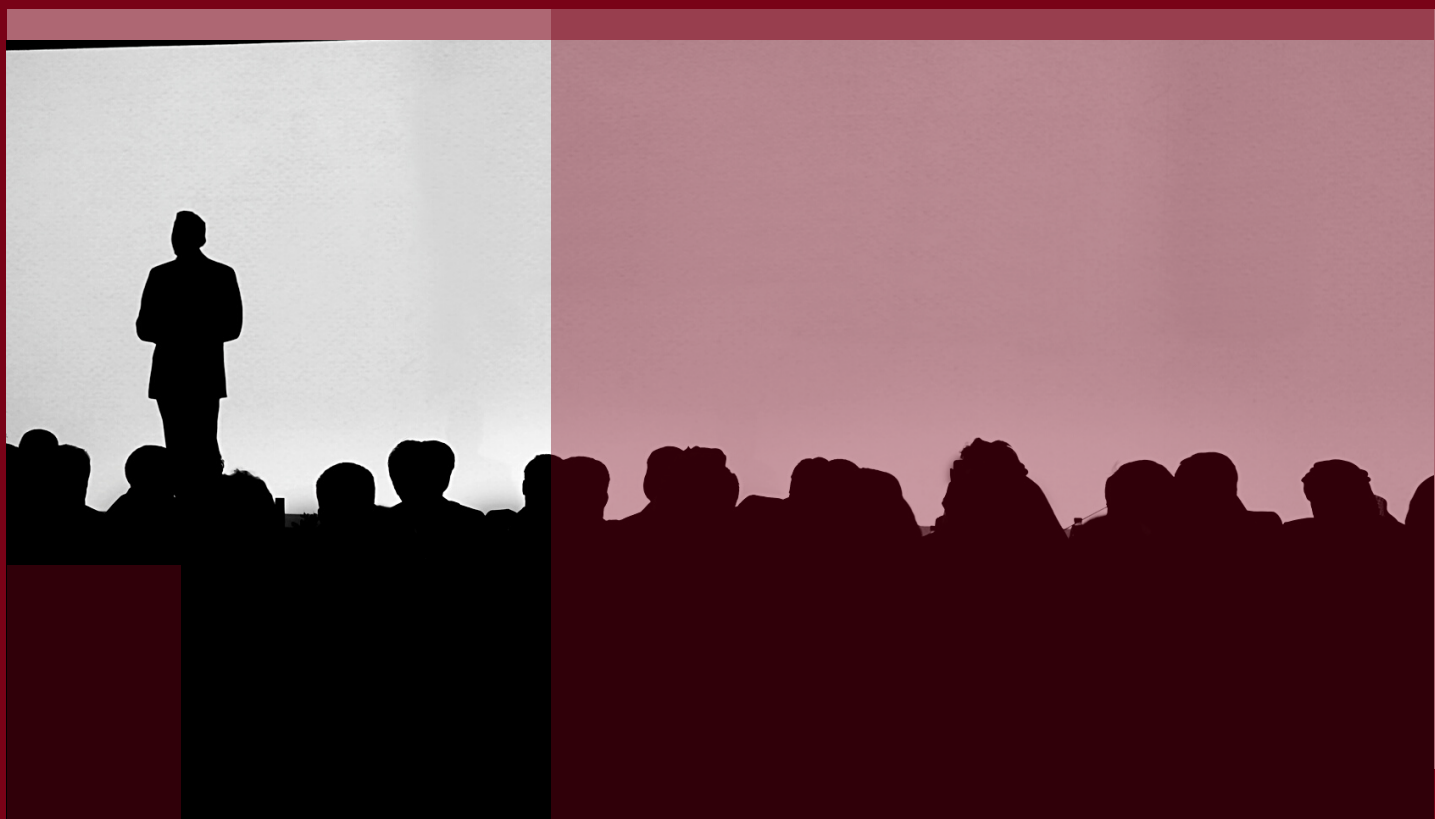
O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: A META 1 DO PNE

Diante dos preocupantes dados apurados pela Atricon, o CNPGC encaminhou, em 2 de fevereiro de 2023, ofício aos representantes do Ministério Público de Contas brasileiro, de forma a estimular o alcance das referidas metas por parte dos Municípios, seja através do encaminhamento de representações às Cortes de Contas ou de outras medidas cabíveis.

Além disso, de forma a divulgar os achados para toda a sociedade, foi desenvolvido o Painei da Primeira Infância, com o detalhamento dos municípios que estavam com pendência em relação à pré-escola ou creche, mas que destinaram recursos para os ensinos médio ou superior em 2019 ou 2020. O Painei da Primeira Infância pode ser acessado pelo endereço eletrônico https://bit.ly/cnpgc_painel ou através do QR code indicado ao lado.



CURSOS E EVENTOS





Nos próximos subtópicos são listados cursos e eventos realizados ou programados para acontecer entre março de 2022 e março de 2023. Trata-se de treinamentos e fóruns que contaram com a organização, apoio ou palestras de servidores e membros representando o CNPGC.

CAPACITAÇÃO NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA REALIZADA PELO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA MARINHA – BRASÍLIA/DF

No período de 25 a 29 de abril de 2022 foi realizada atividade de capacitação em inteligência, no Centro de Inteligência da Marinha em Brasília/DF.

Organizado pela Dra. Elke Andrade Soares de Moura (Procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais e Vice-Presidente Regional do CNPGC para a Região Sudeste), o evento teve por objetivo a obtenção de ensinamentos básicos sobre atividade de inteligência e contrainteligência.

A capacitação contou com exposições sobre as doutrinas de inteligência e contrainteligência, seus princípios, fundamentos, características, abrangência e campos de atuação; estrutura de inteligência no Brasil (Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN), estudos sobre o processo de formação do conhecimento (dado, informação, juízo, conhecimento, apreciação e divulgação), fontes de dados, técnicas de redação de documentos, planejamento de segurança orgânica e montagem de célula de inteligência.



CAPACITAÇÃO NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA REALIZADA PELO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA MARINHA – BRASÍLIA/DF

Ao todo, 15 pessoas participaram da capacitação, sendo membros ou servidores dos seguintes Ministérios Públicos de Contas: MPC-MG, MPJTCU, MPC-PA, MPC-SP, MPC-PI, MPC-SC, MPCM-GO, MPC-RS, MPC-MA e MPC-PE.





ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA REALIZADO PELA ESCOLA DE INTELIGÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO (ESIMEX) – BRASÍLIA/DF

No período de 16 a 20 de maio de 2022 foi realizado estágio de capacitação na atividade de inteligência, na Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx) em Brasília/DF.

Organizado pela Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MPJTCU, Dra. Cristina Machado da Costa e Silva, o evento teve por objetivo capacitar os alunos, em grau básico, nas atividades de inteligência e contra-inteligência.

A capacitação contou com exposições sobre as doutrinas de inteligência e contra-inteligência, princípios, fundamentos, características, abrangência e campos de atuação; estudos sobre o processo de formação do conhecimento, fontes de dados e metodologia para a produção do conhecimento; estrutura básica e finalidade dos documentos de inteligência; normas gerais de redação e padronização; técnicas de análises; ferramentas em fontes abertas; segurança da informação nos meios de tecnologia da informação; medidas de segurança nos MTIC e inteligência de sinais; contramedidas e vigilância eletrônica.



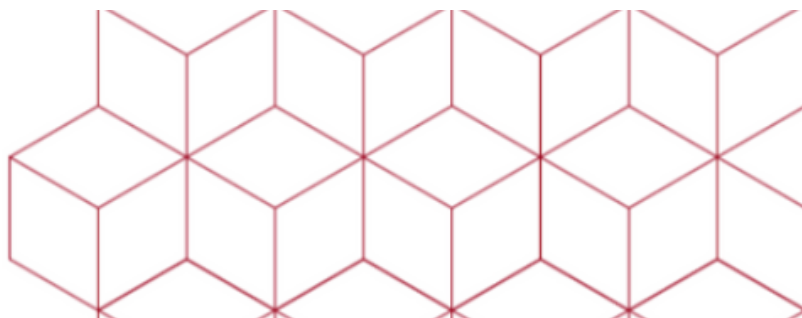
ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA REALIZADO PELA ESCOLA DE INTELIGÊNCIA MILITAR DO EXÉRCITO (ESIMEX) - BRASÍLIA/DF

Ao todo, 40 pessoas participaram da capacitação, sendo membros ou servidores de vários MPCs de todo o Brasil.



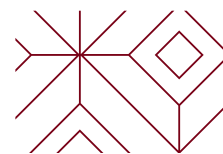


I INFO MPC: ENCONTRO NACIONAL SOBRE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA DOS MPCs – FLÓRIANÓPOLIS/SC



No dia 8 de agosto de 2022 ocorreu o primeiro Encontro Nacional sobre Informação Estratégica dos MPCs, na sede do TCE-SC, em Santa Catarina.

Promovido de forma conjunta pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) e pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), o evento teve como objetivo fortalecer a cultura de análise de dados no âmbito dos MPCs, bem como o intercâmbio de informações e de boas práticas dos setores de inteligência dos órgãos ministeriais.





I INFO MPC: ENCONTRO NACIONAL SOBRE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA DOS MPCs – FLORIANÓPOLIS/SC

“Nossa meta foi reunir procuradores e servidores envolvidos com atividades de inteligência para debater o uso de novas ferramentas, bem como o cruzamento e análise de dados voltados às atividades do MPC, tanto no âmbito da investigação preliminar quanto para uma atuação mais qualificada nos processos que tramitam na Corte de Contas. Sabemos que há ações exitosas em muitos MPCs brasileiros e queremos promover a cultura de dados de forma articulada em todo país”, comentou a Procuradora-Geral de Contas de Santa Catarina e Coordenadora do Grupo de Inteligência na AMPCON, Dra. Cibelly Farias, dias antes da realização do evento.

Em sua programação, o encontro contou com as seguintes palestras: **Colaboração e Atuação Interinstitucional entre Orgãos** (Palestrantes: Igor Gervini, Delegado de Polícia Federal - DELECOR e Rodrigo Müller, Delegado de Polícia Federal - DELECOR); **Segurança Orgânica e Contraineligência** (Palestrante: Juliana Nicola Kilian, Superintendente do Escritório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)); **Atividade de Inteligência e a Tomada de Decisão por meio dos Dados no MPC** (Palestrante: Jonathan Artmann - Ministério Público de Contas de Santa Catarina); **Inteligência em Dados Abertos (OSINT), Ferramentas e Novo Sistema de Inteligência dos MPCs** (Palestrante: Willian Wistuba Melo da Cunha - Ministério Público de Contas de São Paulo); **Sistemas e Convênios à Disposição dos MPCs** (Palestrante: João Mário de Medeiros Paixão - Ministério Público de Contas de São Paulo); **Painel - Desmistificando os Custos para Estruturação de um Núcleo de Inteligência** (Palestrantes: João Mário de Medeiros Paixão - Ministério Público de Contas de São Paulo; Jonathan Artmann - Ministério Público de Contas de Santa Catarina; Willian Wistuba Melo da Cunha - Ministério Público de Contas de São Paulo).



I INFO MPC: ENCONTRO NACIONAL SOBRE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA DOS MPCs – FLORIANÓPOLIS/SC



Ao todo, 54 pessoas participaram do evento, dentre Procuradores e servidores dos Ministérios Públicos de Contas brasileiros.



TREINAMENTO EM ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA EM BELO HORIZONTE/MG

No dia 08 de Novembro de 2022 foi realizado treinamento em atividades de inteligência e contra-inteligência, em Belo Horizonte/MG.

Organizado pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Dr. Marcílio Barenco, o evento teve por objetivo capacitar os servidores dos Ministérios Públicos de Contas responsáveis pela atividade de inteligência quanto ao uso das ferramentas disponíveis.

A capacitação contou com **exposições sobre as ferramentas Áduna e Lins (MP-MG)**; sobre a **atividade de Inteligência e a tomada de decisão por meio de dados no MPC** (MPC-SC, servidor Jonathan Artmann) e sobre a **potencialidade de utilização de OSINT a partir de um caso concreto** (MPC-SP/CNPGC – servidor Willian Wistuba Melo da Cunha).



TREINAMENTO EM ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA EM BELO HORIZONTE/MG



Ao todo, 30 pessoas participaram do evento, dentre Procuradores e servidores dos Ministérios Públicos de Contas brasileiros.



XI FÓRUM NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – FORTALEZA/CEARÁ

Entre os dias 7 e 9 de novembro, ocorreu o XI Fórum Nacional do Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Ceará (TCE-CE). O evento foi promovido pela AMPCON, em parceria com o TCE-CE, o MPC-CE e o CNPGC.

Durante os três dias do Fórum ocorreram painéis, palestras e reuniões com foco nos eixos temáticos de saúde, educação, meio ambiente e orçamento público.





XI FÓRUM NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – FORTALEZA/CEARÁ

O primeiro painel ocorreu no dia 07/11 e focou nos eixos de meio ambiente, controle externo e desenvolvimento sustentável. No dia seguinte ocorreu o segundo painel (eixo educação) pela manhã e o terceiro painel (eixos financeiro e orçamento público) pela tarde.

Paralelamente ao Fórum, aconteceu o II Infocontas MPC (no qual foi apresentado o Sistema Nacional de Integração do Ministério Público de Contas – Sinampcon), o II Com.MPC (evento de comunicação para membros e servidores), além de reuniões de Diretoria e Associados da Ampcon e do CNPGC.

No dia 08/12 foram organizadas duas Oficinas: “Comunicação e Sociedade” (dirigida pelo Jornalista Sergio Lenner) e “Fotografia Básica – do equipamento à pauta” (conduzida pelo publicitário Diego Castro). O encerramento do evento contou com palestra do Senador Randolfe Rodrigues.





MINICURSO GESTÃO FLORESTAL E CONTROLE EXTERNO – EAD

O Minicurso "Gestão Florestal e Controle Externo" está planejado para ocorrer de 28 a 30 de março de 2023, de forma remota, como fruto de parceria firmada entre a Transparência Internacional – Brasil, o Instituto de Apoio ao MapBiomass, a Atricon e o CNPGC.

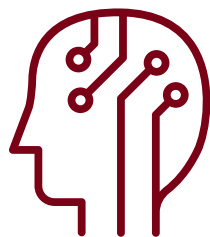
O treinamento contará, ainda, com o apoio da Fundação Gordon e Betty Moore e terá como objetivo apresentar instrumentos legais, políticas públicas e ferramentas tecnológicas de prevenção e combate ao desmatamento. Participarão do curso membros e servidores dos Tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas da Amazônia e do Cerrado.

Realizadas de forma remota e síncrona, as aulas serão ministradas por especialistas que estabelecerão panorama de alguns dos principais mecanismos de controle externo na gestão florestal brasileira e das relações entre crimes ambientais e práticas de corrupção nos biomas Amazônia e Cerrado.

A programação completa do curso pode ser conferida em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/folheto-curso-gestao-florestal-e-controle-externo>.

INTEGRAÇÃO E INTELIGÊNCIA





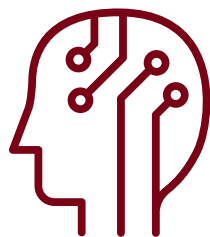
SISTEMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DOS MINISTÉRIO PÚBLICOS DE CONTAS



O Sistema Nacional de Integração dos Ministério Públicos de Contas – SINAMPCON foi desenvolvido em cumprimento ao Plano de Metas apresentado pela atual gestão.

Trata-se de ferramenta inovadora, que busca conjugar informações e dados de cadastro de membros e servidores dos Ministérios Públicos de Contas de todo o país, em tradicional formato de “rede social”, ao mesmo tempo em que constitui ambiente dedicado e especializado de dados e informações úteis ao exercício das atividades ministeriais.

Neste contexto, além dos dados cadastrais dos usuários e dos respectivos MPCs, o sistema conta com espaço para uma biblioteca específica de atos e documentos afetos às atividades dos MPCs, uma escola em formato EAD para capacitações específicas e um módulo específico para desenvolvimento da rede de inteligência dos MPCs participantes.

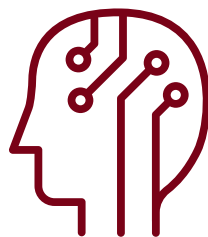


SISTEMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DOS MINISTÉRIO PÚBLICOS DE CONTAS

O aspecto de inovação advém da tecnologia utilizada para o desenvolvimento do sistema, baseado totalmente em técnica “NoCode”, ou seja, sem a necessidade de codificação tradicional, o que demandaria normalmente mais recursos e mais tempo para a implementação do projeto.

“Em termos tradicionais, o desenvolvimento e implementação de todos os módulos do SINAMPCON demandaria, provavelmente, uma equipe de 5 a 8 profissionais e um prazo entre 1 a 2 anos desde sua concepção até o efetivo lançamento. Com a utilização de tecnologia “NoCode” foi possível desenvolver e implementar o projeto com apenas um profissional no prazo de 6 meses.

A economia estimada de recursos é enorme, visto que o salário médio de um desenvolvedor no ano de 2022 foi de R\$ 6.900,00 (fonte: Relatório GEEKHUNTER, Outubro de 2022)”, afirma o idealizador do projeto, o servidor Willian Wistuba Melo da Cunha, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.



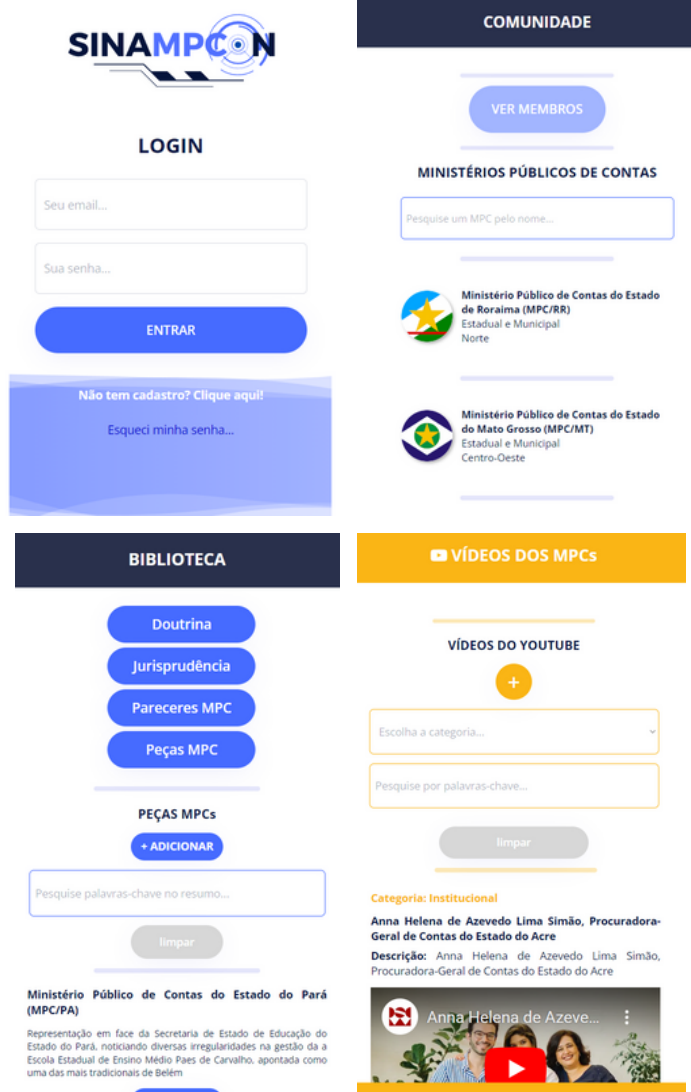
SISTEMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DOS MINISTÉRIO PÚBLICOS DE CONTAS

O SINAMPCON visa substituir projeto piloto que estava em operação no âmbito dos MPCs desde 2019, chamado SINTMPC, também idealizado pelo servidor Willian Wistuba. Sobre esta transição, o servidor informou que “o SINTMPC tinha foco específico na atividade de inteligência e contra-inteligência.

Com o SINAMPCON, estas atividades passaram a integrar um módulo específico, batizado de Argos, que estará acessível apenas para servidores da comunidade de inteligência dos MPCs. O SINAMPCON, contudo, é composto por outros 3 módulos (cadastro, biblioteca e escola dos MPCs) que expandem o público-alvo para todos os membros e servidores dos MPCs.

O objetivo do sistema é servir a uma integração nacional, visando trocas de conhecimentos, experiências e contribuir para o aperfeiçoamento da atividade ministerial como um todo”.

Confira ao lado as imagens de algumas telas do SINAMPCON:



COMUNICAÇÃO





COMUNICAÇÃO

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Comunicação (PNC) dos MPCs e do Manual de Orientações para Mídias Sociais Institucionais, o CNPGC buscou manter comunicação integrativa, de modo a aproximar Estado e Sociedade e fomentar a transparência por parte dos Ministérios Públicos de Contas brasileiros.

Além de manter o site do Conselho e as redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), buscou-se novos canais de diálogo com a sociedade e os MPCs, como será visto a seguir.

POD+MPC: A VOZ DOS MPCs DO BRASIL

Com o objetivo de dar voz a cada um dos Ministérios Públicos de Contas existentes no país, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas lançou, em maio de 2022, o podcast "POD+MPC".

Desde então, foram produzidos 24 programas que contribuíram para divulgar detalhes sobre o trabalho desenvolvido e fatos relevantes da trajetória dos MPCs, tornando a atividade ministerial mais próxima da população.

Os arquivos de áudio estão disponíveis, na íntegra, na plataforma Spotify e podem ser acessados clicando-se no ícone a seguir:





NOTAS PÚBLICAS

De 22 de março de 2022 a 8 de janeiro de 2023, o CNPGC emitiu cinco notas públicas (sendo duas delas em conjunto com outras instituições) em defesa da independência funcional dos membros dos Parquets de Contas, da legalidade, da transparência e da democracia, como é possível conferir a seguir:



Nota pública conjunta em defesa da transparência na divulgação de informações essenciais pelo Inep.

Data: 22 de março de 2022.

Instituições signatárias: ATRICON, IRB, ABRACOM, CNPTC, AUDICON, AMPCON, CNPGC e ANTC

[Link de acesso à nota](#)



Nota pública conjunta em defesa do Sistema de Justiça Eleitoral brasileiro e do procedimento de voto eletrônico.

Data: 21 de julho de 2022.

Instituições signatárias: AMPCON e CNPGC.

[Link de acesso à nota](#)



NOTAS PÚBLICAS



Nota pública em defesa do regime democrático brasileiro e da independência e harmonia entre os Poderes.

Data: 28 de outubro de 2022.

Instituições signatárias: CNPGC

[Link de acesso à nota](#)



Nota pública em defesa da legalidade e das instituições, tendo em vista os atos praticados pela presidência do TCE-RJ na condução do II concurso público para provimento de cargos de procurador de contas do MPC-RJ.

Data: 25 de novembro de 2022.

Instituições signatárias: CNPGC.

[Link de acesso à nota](#)



NOTAS PÚBLICAS



Nota de repúdio, em razão da invasão aos prédios dos Três Poderes, ocorrida neste domingo em Brasília/DF.

Data: 08 de janeiro de 2023.

Instituições signatárias: CNPGC

[Link de acesso à nota](#)

MENSAGEM DE ENCERRAMENTO



MENSAGEM DE ENCERRAMENTO

Durante o período de um ano, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC) promoveu a atuação em rede entre órgãos públicos e a sociedade civil, utilizando a comunicação e a tecnologia da informação para reforçar a importância da boa gestão dos recursos públicos e aumentar a produtividade na atividade ministerial.

Destaca-se a celebração de acordos de cooperação com importantes instituições, como o Supremo Tribunal Federal, a Transparência Internacional - Brasil, o Instituto de Apoio ao MapBiomass, CNPTC e Abracon, bem como a ampliação do alcance das redes sociais e a criação de um canal de podcasts no Spotify.

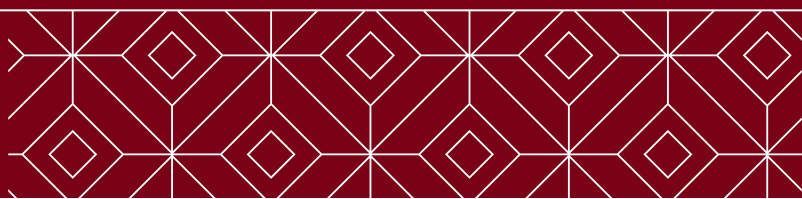
Além disso, destaca-se os avanços alcançados na área de Tecnologia da Informação, com a criação da plataforma Sinampcom e a celebração de acordo de cooperação para atuação integrada a partir de dados do MapBiomass.

Ao final deste relatório de gestão, o CNPGC expressa sinceros agradecimentos a todos os membros e servidores que contribuíram para o Conselho durante o ano. Os avanços alcançados na atuação em rede entre órgãos públicos e sociedade civil, na comunicação e na incorporação de tecnologias da informação, são dignos de reconhecimento e orgulho.

Por fim, deseja-se todo sucesso à nova Diretoria que assume o CNPGC para o período 2023-2024, com a certeza de que, com o empenho de todos, o Ministério Público de Contas brasileiro continuará a avançar e a cumprir sua missão de garantir a boa gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.



**Unidos em rede e
fortalecidos pela tecnologia,
continuaremos avançando
na missão de controlar e
promover a boa gestão dos
recursos públicos.**





CNPGC

Conselho Nacional de
Procuradores-Gerais
de Contas

